



VERSÃO

A

COMANDO DA AERONÁUTICA

EXAME DE SELEÇÃO AO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO AO OFICIALATO (EAOF 2012)

ESPECIALIDADE: SAD-AD



41) Assinale a alternativa **incorreta**, quanto ao estabelecido na ICA 10-1 (ICAER), referente à numeração de folhas ou de peças de processo.

- a) Nenhum processo poderá ter suas peças com a mesma numeração de folha.
- b) A numeração das folhas ou peças do processo é iniciada no protocolo central da OM e a capa não será numerada.
- c) Documentos de ordem pessoal, tais como certidões, diplomas, fichas individuais, não poderão receber o carimbo de numeração de peça, devendo ser substituídos por cópia devidamente autenticada.
- d) O verso da folha de um processo será numerado com o mesmo número do anverso, e sua identificação, quando for necessária no decorrer do processo, terá como referência a letra "v", da palavra verso.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA D

A alternativa "d" é a única que atende ao enunciado. Ela está errada porque o verso da folha do processo NÃO será numerado e sua identificação quando for necessária no decorrer do processo terá como referência a letra "v", da palavra verso. Exemplo: folha 3v. (ICA 10-1, item 8.4.2.1)

A única alternativa correta é a letra D. (ICA 10-1, itens 8.4.4, 8.4.1; 8.4.5.1; e 8.4.2.1)

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER); ICA 10-1. Brasília, 2010, aprovado pela Portaria COMGEP Nº 89/5EM, de 7 de junho de 2010.

42) Preencha a lacuna e, em seguida, assinale a alternativa **correta**.

_____ é o documento assinado por autoridade habilitada a transmitir informação sobre fato ou fatos de que tenha conhecimento oficial.

- a) Certidão
- b) Atestado
- c) Despacho
- d) Declaração

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA B

A ICA 10-1 (ICAER), assim define:

- a) Certidão é o documento legal que afirma ou certifica alguma coisa de que se tem provas. A certidão expressa o conteúdo de outro documento oficial e original. (ICA 10-1, item 6.2.5.1)
- b) Atestado é o documento assinado por autoridade habilitada a transmitir informação sobre fato ou fatos de que tenha conhecimento oficial. Possui duração transitória, é confeccionado em favor de um solicitante, afirmando a veracidade de um fato ou de uma situação. (ICA 10-1, item 6.2.2.1)
- c) Despacho é o documento pelo qual uma autoridade determina, solicita, soluciona ou informa o que for de sua alçada em determinado processo. (ICA 10-1, item 6.2.9.1)
- d) Declaração é o documento pelo qual a autoridade competente, a pedido do interessado, expressa a existência ou não de um fato. Possui duração transitória, devendo constar no texto o prazo de validade do mesmo. (ICA 10-1, item 6.2.8.1)

Portanto, a única alternativa correta é a letra B. (ICA 10-1, itens 6.2.5.1, 6.2.2.1; 6.2.9.1; e 6.2.8.1)

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER); ICA 10-1. Brasília, 2010, aprovado pela Portaria COMGEP Nº 89/5EM, de 7 de junho de 2010.

43) Associe as duas colunas, relacionando as características que emprestam o caráter de impessoalidade e objetividade à redação oficial, com seus conceitos e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta**. Alguns números da coluna da esquerda poderão ser usados mais de uma ou nenhuma vez.

- | | |
|---------------------------------|---|
| (1) Clareza. | () Uso da linguagem culta. |
| (2) Correção. | () Exposição das ideias em poucas palavras. |
| (3) Concisão. | () Cumprimento das regras gramaticais vigentes. |
| (4) Harmonia. | () Respeito às normas para elaboração de documentos. |
| (5) Formalidade e padronização. | () Ordenação e adequação do conteúdo nas frases e períodos. |
| | () Expressão do pensamento de forma à compreensão imediata do texto. |

- a) 1 – 2 – 3 – 5 – 4 – 5
b) 2 – 5 – 4 – 3 – 1 – 1
c) 5 – 4 – 2 – 1 – 2 – 3
d) 5 – 3 – 2 – 5 – 4 – 1

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA D

A correspondência oficial requer objetividade e apresenta, em sua redação, caráter de impessoalidade, prescrevendo a ICA 10-1 (ICAER), as seguintes características:

Clareza: expressão do pensamento com nitidez, facilitando a compreensão imediata do texto.

Correção: cumprimento das regras gramaticais vigentes.

Concisão: emprego de palavras precisas e específicas, com a exposição das ideias em poucas palavras.

Harmonia: disposição ordenada e adequada do conteúdo nas frases e períodos.

Formalidade e padronização: uso do padrão culto da linguagem e respeito às normas para elaboração de documentos, sempre visando à uniformidade das comunicações.

A única alternativa correta é a letra D. (ICA 10-1, item 5.1.1, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, e “e”)

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER); ICA 10-1. Brasília, 2010, aprovado pela Portaria COMGEP Nº 89/5EM, de 7 de junho de 2010.

44) Sabendo-se que a Divisão do Pessoal Militar (DPM) tem por atribuições o planejamento, a coordenação, o controle e a proposição de assuntos relativos às atividades de administração do pessoal militar da Aeronáutica de responsabilidade da DIRAP, considere os itens abaixo.

- I. Designação e dispensa de ajudante de ordens.
- II. Análise e fornecimento de Certidão de Tempo de Serviço.
- III. Designação e dispensa dos chefes das Seções Mobilizadoras.
- IV. Apostilamento de 2ª via de Carta Patente de Comandantes de Organizações Militares.

É(são) atividade(s) da DPM o que se aponta **somente** em

- a) I.
b) I e IV.
c) II e III.
d) I, III e IV.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA A

Em I, é verdadeiro afirmar que é uma atividade da DPM a designação e dispensa de ajudante-de-ordens. (letra “e” do item 2.2 da FCA 30-2/2008.)

Em II, é falso afirmar que “análise e o fornecimento de Certidão de Tempo de Serviço” é uma atividade da DPM, uma vez corresponde a uma atividade desempenhada pela Divisão de Registro e Controle (DRC). (letra “h” do item 4.2.1 da FCA 30-2/2008.)

Em III, é falso afirmar que “designação e dispensa dos chefes das Seções Mobilizadoras” é uma atividade da DPM, uma vez que corresponde a uma atividade desempenhada pela Divisão do Serviço Militar (DSM). (letra “f” do item 5.2.1 da FCA 30-2/2008.)

Em IV, é falso afirmar que “apostilamento de 2ª via de Carta Patente de Comandantes de Organizações Militares” é uma atividade da DPM, uma vez que a apostila de Cartas Patentes dos Comandantes de OM será processada pelo Órgão imediatamente superior (item 8.3.1 da ICA 35-1/2007.)

Logo, as demais alternativas, por contrariar no todo ou em parte a afirmativa contida na letra “A”, estão incorretas.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Melhorando os conhecimentos da Administração de Pessoal da Aeronáutica; FCA 30-2. Brasília, 2008, aprovado pela Portaria DIRAP nº 699/DIR, de 14 fev. 2008.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Padronização de Processos Administrativos, ICA 35-1. Brasília, 2007, aprovado pela Portaria DIRAP nº 4.846/DIR, de 05 out. 2007.

45) Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo e, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência **correta**.

- () Sobre a expedição de cartas patentes, compete à DIRAP expedir as do posto de Major até o posto de Coronel.
- () Ocorrerá a demissão *ex-officio* sempre que o oficial passar a exercer cargo público permanente e estranho à sua carreira.
- () Após a publicação em Diário Oficial, da nomeação de militar para assumir cargo ou emprego público civil temporário não eletivo, a DIRAP providenciará a agregação do militar.
- () O Oficial que desejar ser incluído, voluntariamente, na quota compulsória, deverá requerer ao Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica, até 31 de dezembro do ano-base considerado.
- () Os dias de prisão não serão descontados do decênio, mesmo que tenham sido cancelados, quando da confecção do “Ofício-Proposta” para concessão da Medalha Militar de Tempo de Serviço.
- () As OM deverão elaborar, na primeira quinzena de maio e de novembro, o Plano de LESP e informar à DIRAP, por meio de mensagem telegráfica ou mensagem direta, a data de início, o tempo de duração e a data de término da licença.
- () Todas as apresentações de militares (por transferência, classificação, designação, nomeação, matrícula em escola ou curso, transferência para a inatividade remunerada ou não) deverão, obrigatoriamente, ser lançadas na tela 355 do SIGPES, pelo setor responsável na OM do militar.

a) F – V – V – F – F – F – V

b) V – V – F – V – F – F – V

c) F – F – V – F – V – V – F

d) V – F – F – V – V – V – F

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA A

A primeira lacuna é falsa porque compete à DIRAP expedir cartas patentes até o posto de Capitão. (ICA 35-1/2007, itens 8.2)

A segunda lacuna é verdadeira porque ocorrerá sempre a demissão *ex-officio* quando o oficial passar a exercer cargo público permanente e estranho a sua carreira. (ICA 35-1/2007, itens 16.2)

A terceira lacuna é verdadeira porque, após a publicação da nomeação em cargo ou emprego público civil temporário não eletivo, a DIRAP providenciará a agregação do militar. (ICA 35-1/2007, itens 20.2.3)

A quarta lacuna é falsa porque o oficial que desejar ser incluído voluntariamente na quota compulsória deverá requerer ao Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica, até 31 OUT do ano-base considerado. (ICA 35-1/2007, itens 19.1)

A quinta lacuna é falsa porque, quando da confecção do “Ofício-Proposta” para a concessão da Medalha Militar de Tempo de Serviço, os dias de prisão, e somente esses, serão descontados do decênio, mesmo que tenham sido cancelados. (ICA 35-1/2007, itens 7.4.2)

A sexta lacuna é falsa porque as OM deverão elaborar o Plano de LESP na primeira quinzena de junho e de dezembro. Os meses de maio e novembro são para o interessado solicitar inclusão no Plano de LESP. (ICA 35-1/2007, itens 4.4)

A sétima lacuna é verdadeira porque todas as apresentações de militar deverão, obrigatoriamente, ser lançadas na tela 355 do SIGPES, pelo setor responsável na OM do militar. (ICA 35-1/2007, itens 4.1)

A única alternativa correta é a letra A. (ICA 35-1/2007, itens 8.2; 16.2; 20.2.3; 19.1; 7.4.2; 4.4; 4.1)

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Padronização de Processos Administrativos, ICA 35-1. Brasília, 2007, aprovado pela Portaria DIRAP nº 4.846/DIR, de 05 out. 2007.

46) A respeito dos processos de prorrogação e interrupção de tempo de serviço, afirma-se que

- I. o engajamento obrigatório dos sargentos, cabos e taifeiros será realizado pelas Escolas de Formação após o término dos respectivos cursos.
- II. o indeferimento do pedido de prorrogação de tempo de serviço de Oficiais do QCOA acarretará, consequentemente, a demissão do serviço ativo, a contar da data imediatamente posterior ao término da prorrogação vigente.
- III. a solicitação de reconsideração de ato não tem efeito suspensivo sobre o licenciamento, ou seja, mesmo que tenha recorrido, o militar deve ser licenciado e desligado do estado efetivo de sua OM, ao término de seu reengajamento.
- IV. o graduado que tiver indeferido o pedido de prorrogação de tempo de serviço poderá interpor pedido de reconsideração de ato do Diretor da DIRAP, ou da autoridade delegada, ao COMGEP, até 120 (cento e vinte) dias após a primeira comunicação oficial.
- V. as prorrogações de tempo de serviço de Oficiais do QOCon e QCOA poderão ser concedidas mediante requerimento, com grau de sigilo reservado, dos interessados ao Comandante da Organização Militar, por períodos de 1 (um) ano até 8 (oito) anos de tempo total de efetivo serviço e, em caráter excepcional, até 9 (nove) anos.

Está(ão) **correta(s)** somente a(s) afirmativa(s)

- a) I.
- b) III.**
- c) I, III e IV.
- d) II, III e V.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA B

É falso afirmar que o engajamento obrigatório dos sargentos, cabos e taifeiros será realizado pelas Escolas de Formação após o término dos respectivos cursos. O engajamento obrigatório é realizado pela DIRAP (item 11.3.1 da ICA 35-1/2007).

É falso afirmar que o indeferimento do pedido de prorrogação de tempo de serviço de Oficiais do QCOA acarretará, consequentemente, a demissão do serviço ativo, a contar da data imediatamente posterior ao término da prorrogação vigente. De competência do Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica, a demissão é aplicada exclusivamente a oficiais de carreira. (item 11.6.8 combinado com o item 16 da ICA 35-1/2007)

É verdadeiro afirmar que a solicitação de reconsideração de ato não tem efeito suspensivo sobre o licenciamento, ou seja, mesmo que tenha recorrido, o militar deve ser licenciado e desligado do estado efetivo de sua OM, ao término de seu reengajamento. (item 11.5.4 da ICA 35-1/2007)

É falso afirmar que o graduado que tiver indeferido o pedido de prorrogação de tempo de serviço poderá interpor pedido de reconsideração de ato do Diretor da DIRAP, ou da autoridade delegada, ao COMGEP, até 120 (cento e vinte) dias após a primeira comunicação oficial. A solicitação de reconsideração de ato é direcionada ao Diretor da DIRAP (item 11.5.1 da ICA 35-1/2007).

É falso afirmar que as prorrogações de tempo de serviço de Oficiais do QOCon e QCOA poderão ser concedidas mediante requerimento, com grau de sigilo RESERVADO, dos interessados ao Comandante da Organização Militar, por períodos de 1 (um) ano, até 8 (oito) anos de tempo total de efetivo serviço e, em caráter excepcional, até 9 (nove) anos. As prorrogações são requeridas ao Diretor da DIRAP (item 11.2.1.1 da ICA 35-1/2007).

Logo, as demais alternativas, por contrariar no todo ou em parte a afirmativa contida na letra “B”, estão incorretas.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Padronização de Processos Administrativos, ICA 35-1. Brasília, 2007, aprovado pela Portaria DIRAP nº 4.846/DIR, de 05 out. 2007.

47) Considerando-se que o adicional de permanência é a parcela remuneratória devida ao militar, mensalmente, incidente sobre o soldo do posto ou graduação, referente ao período em que continuar em serviço, após ter completado o tempo mínimo de permanência no serviço ativo, em percentuais e situações específicas, analise alguns dos principais eventos ocorridos na carreira de um militar do QOEA.

- Em fevereiro de 2003, na condição de Suboficial, completou 30 anos de serviço computáveis para a reserva remunerada, com todos os períodos de licenças especiais já gozados.
- No ano seguinte, em dezembro de 2004, foi nomeado Segundo Tenente, após ter concluído o Estágio de Adaptação ao Oficialato.
- Em julho de 2010, foi transferido para a reserva remunerada, na condição de Capitão do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica.

O percentual correspondente ao adicional de permanência recebido atualmente por esse militar do QOEA, levando-se em conta os eventos acima, é de

- a) dez por cento.
- b) vinte por cento.
- c) quinze por cento.
- d) vinte e cinco por cento.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA C

É verdadeiro afirmar que o percentual incidente sobre o soldo do militar, correspondente ao adicional de permanência recebido atualmente, é de 15%, considerando que, no período compreendido entre a nomeação e a promoção do militar a Capitão (último posto do QOEA), ocorreram os seguintes eventos e majorações dos percentuais:

1º) em 2005, o militar completou 32 anos de serviço, fazendo jus ao percentual de cinco por cento;

2º) nos anos seguintes, o militar foi promovido ao posto de Primeiro-Tenente, passando o percentual de cinco para dez por cento sobre o soldo; e

3º) ao ser promovido ao posto de Capitão, acumulou mais cinco por cento e o percentual total passou de dez para quinze por cento do soldo, como adicional de permanência recebido atualmente pelo militar. (Art. 10 do Decreto nº 4307, de 18 de julho de 2002).

BRASIL. Decreto nº 4.307, de 18 jul. 2002 e Medida Provisória nº 2215-10, de 31 ago. 2001. Lei de Remuneração dos Militares (LRM). Brasília.

48) Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo sobre a substituição de agentes da administração ou agentes públicos e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta**.

- () O Agente da Administração substituído é o responsável pela elaboração do Termo de Passagem e Recebimento de Cargo.
- () Na substituição interina, a responsabilidade sobre bens, valores, encargos e documentos não será transmitida ao substituto.
- () Ocorrendo o afastamento súbito do Comandante ou do Agente Diretor delegado, o substituto legal assumirá o cargo ou a função, após a conferência do material carga.
- () Na substituição eventual do Gestor de Finanças, até trinta dias, o substituído não precisará transmitir a responsabilidade relativa aos valores e respectiva escrituração, mediante a lavratura do Termo de Passagem e Recebimento de Cargo.

- a) V – V – F – V
- b) V – F – F – F
- c) F – V – V – F
- d) F – F – V – V

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA B

A primeira lacuna é verdadeira porque compete ao Agente da Administração substituído a responsabilidade pela elaboração do Termo de Passagem e Recebimento de Cargo. (RCA 12-1 – RADA, Art. 57, § 3º)

A segunda lacuna é falsa porque, na substituição definitiva ou interina, a responsabilidade sobre bens, valores, encargos e documentos será transmitida ao substituto. (RCA 12-1 – RADA, Art. 54)

A terceira lacuna é falsa porque, ocorrendo o afastamento súbito do Comandante ou do Agente Diretor delegado, o substituto legal assumirá o cargo ou a função, após a realização de uma Reunião extraordinária da Administração. (RCA 12-1 – RADA, Art. 64, § 2º)

A quarta lacuna é falsa porque, na substituição eventual do Gestor de Finanças, por qualquer prazo, ocorrerá a transmissão de responsabilidade relativa aos valores e respectiva escrituração, mediante a lavratura do respectivo Termo de Passagem e Recebimento de Cargo. (RCA 12-1 – RADA, Art. 55, § 2º)

A única alternativa correta é a letra B. (RCA 12-1 – RADA, Art. 54; Art. 55, § 2º; Art. 57, § 3º e Art. 64, § 2º)

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Regulamento de Administração da Aeronáutica, RCA 12-1. Brasília, 2004, aprovado pela Portaria nº 1.275/GC3, de 09 dez. 2004.

49) Segundo o Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), na UG em que se verificar a necessidade eventual de acúmulo de cargos, deverá ser evitado que um Gestor seja executante e controlador de seus próprios atos, ou assuma atribuições que encerrem, simultaneamente, aquisições, recebimentos e pagamentos.

O conceito acima refere-se à aplicação do princípio

a) da eficácia.

b) da segregação.

c) da impessoalidade.

d) processual administrativo.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA B

O RADA adota o conceito de SEGREGAÇÃO como sendo o princípio que visa a identificar e preservar os segmentos da administração que respondem pela execução, o controle, a coordenação e o gerenciamento das diversas atividades atribuídas a uma OM, de modo a evitar a possibilidade de que o ciclo completo de realização de um processo administrativo, ou partes substanciais do mesmo, permaneça sob a direção de uma só pessoa, o que propicia a ocorrência de falhas e irregularidades. (Inciso “L” do Art. 2º, combinado com o inciso II do Art. 10, todos do RCA 12-1/2004 - RADA). Portanto, a alternativa B é a correta.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Regulamento de Administração da Aeronáutica, RCA 12-1. Brasília, 2004, aprovado pela Portaria nº 1.275/GC3, de 09 dez. 2004.

50) Relacione a coluna da direita com a da esquerda e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta**. Alguns números poderão ser utilizados mais de uma vez e outros poderão não ser utilizados.

- | | |
|---------------------------------|---|
| | () Exposição sintética dos fatos apurados. |
| | () Seu prazo máximo de apuração não poderá ultrapassar trinta dias corridos. |
| (1) Relatório. | () Deverá ser instaurado(a) num prazo máximo de 48 horas após o conhecimento da ocorrência. |
| (2) Intimação. | () Tem caráter de instrução provisória, cuja finalidade é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal. |
| (3) Diligência. | () Ato escrito, emanado do sindicante, pelo qual se dá conhecimento a uma pessoa que não constitui parte de algum ato ou fato. |
| (4) Notificação. | () Procedimento sumário, formal e escrito, de caráter meramente investigatório, utilizado para a apuração de fatos ou ocorrências anômalas que não constituam crime, as quais, caso confirmadas, poderão ensejar a abertura do competente processo. |
| (5) Sindicância. | () Ato escrito, emanado do sindicante, com a finalidade de levar ao conhecimento de uma das partes, ou do interessado na sindicância, despacho ou convocação nele proferidos, a fim de que os mesmos, bem cientes do ocorrido, possam determinar-se, segundo as regras previstas em lei. |
| (6) Inquérito Policial Militar. | |

a) 1 – 5 – 6 – 3 – 4 – 3 – 2

b) 1 – 5 – 5 – 6 – 4 – 5 – 2

c) 6 – 6 – 5 – 3 – 2 – 3 – 3

d) 5 – 6 – 5 – 6 – 3 – 5 – 3

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA B

A resposta B conduz à sequência correta, por que:

1 – o relatório é a exposição sintética dos fatos apurados. (ICA 111-2/2006, item 1.2.9)

5 – o prazo máximo de apuração da sindicância não poderá ultrapassar trinta dias corridos. (ICA 111-2/2006, item 3.1.3.1)

5 – a sindicância deverá ser instaurada num prazo máximo de 48 horas após o conhecimento da ocorrência. ICA 111-2/2006, item 3)

6 – o Inquérito Policial Militar tem caráter de instrução provisória, cuja finalidade é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal. (ICA 111-2/2006, item 1.2.3)

4 – a notificação é o ato escrito, emanado do sindicante, pelo qual se dá conhecimento a uma pessoa que não constitui parte de algum ato ou fato. (ICA 111-2/2006, item 1.2.6)

5 – a Sindicância é o procedimento sumário, formal e escrito, de caráter meramente investigatório, utilizado para a apuração de fatos ou ocorrências anômalas que não constituam crime, as quais, caso confirmadas poderão ensejar a abertura do competente processo. (ICA 111-2/2006, item 1.2.11)

2 – a intimação é o ato escrito, emanado do sindicante, com a finalidade de levar ao conhecimento de uma das partes, ou do interessado na sindicância, despacho ou convocação nele proferidos, a fim de que os mesmos, bem cientes do ocorrido, possam determinar-se, segundo as regras previstas em lei. (ICA 111-2/2006, item 1.2.2)

A diligência (3), que é a investigação preliminar informativa, busca formal de um acontecimento ou fato, não se relaciona com nenhum elemento da segunda coluna. (ICA 111-2/2006, item 1.2.). Portanto, a única alternativa correta é a letra B. (ICA 111-2/2006, itens 1.2.9; 3.1.3.1; 3; 1.2.3; 1.2.6; 1.2.11; e 1.2.2).

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Sindicância no âmbito do Comando da Aeronáutica, ICA 111-2, aprovada pela Portaria nº 545/GC3, de 17 maio de 2006.